

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202203/0267
Tipo Oferta: Mobilidade Interna
Estado: Ativa
Nível Orgânico: Câmaras Municipais
Orgão / Serviço: Câmara Municipal de Vila Verde
Regime: Carreiras Gerais
Carreira: Técnico Superior
Categoria: Técnico Superior
Grau de Complexidade: 3
Remuneração: de acordo com o artigo 153.º da LTFP.
Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

De acordo com o perfil de competências: proceder à elaboração de estudos e projetos na área de edifícios e projetos na área de edifícios, arranjos urbanísticos e vias de comunicação; acompanhar e fiscalizar a execução de empreitadas, assegurando o cumprimento das normas legais e regulamentares; elaborar informações e documentação de suporte ao lançamento de procedimentos para contratação pública e candidaturas a programas nacionais comunitários; emitir pareceres/informações sobre processos enviados à divisão pelo executivo e/ou outras unidades orgânicas; informar matérias da responsabilidade da divisão sempre que solicitado; elaborar mapas de medição, de previsão, de consumos, entre outros; elaborar processos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas; acompanhar/fiscalizar obras de administração interna; e sempre que designado, realizar gestão de contratos de CCP.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: Nomeação definitiva
 CTFP por tempo indeterminado

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Licenciatura
Descrição da Habilitação Literária: Engenharia Civil

| Grupo Área Temática | Sub-área Temática | Área Temática |
|------------------------|------------------------|------------------------|
| Área Temática Ignorada | Área Temática Ignorada | Área Temática Ignorada |

Locais de Trabalho

| Local Trabalho | Nº Postos | Morada | Localidade | Código Postal | Distrito | Concelho |
|--------------------------------|-----------|--------------------|------------|--------------------|----------|------------|
| Câmara Municipal de Vila Verde | 1 | Praça do Município | | 4730733 VILA VERDE | Braga | Vila Verde |

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Ser titular de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, por período superior a 1 ano;
Encontrar-se integrado/a na carreira/categoria Técnica Superior;
Ser detentor/a de licenciatura em Engenharia Civil; e
Estar inscrito/a na Ordem dos Engenheiros.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: <https://mynet-sol.cm-vilaverde.pt>

Contacto: 253310556

Data Publicitação: 2022-03-09

Data Limite: 2022-03-16

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social: <http://www.cm-vilaverde.pt/web/transparencia/procedimentos-concursais>

Texto Publicado em Jornal Oficial: MUNICÍPIO DE VILA VERDE AVISO N.º 7608/2022 ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO COM RECURSO A MOBILIDADE INTERNA NA CATEGORIA, ENTRE ÓRGÃOS: 1 TÉCNICO SUPERIOR (M/F), PARA A DIVISÃO DE AMBIENTE E OBRAS 1. Para os devidos efeitos, e no uso da competência que me foi subdelegada em matéria de gestão de recursos humanos, por despacho do Presidente da Câmara Municipal n.º 10870, de 22 de Outubro de 2021, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 5 de novembro de 2021, torna-se público que, por Proposta da signatária n.º 6766/2022, datada de 02.03.2022, aprovada em reunião do Órgão Executivo de 07.03.2022, encontra-se aberto procedimento de recrutamento com recurso a mobilidade interna na categoria entre órgãos, pelo período de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicitação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP) e disponibilizado na página eletrónica do Município de Vila Verde, em <http://www.cm-vilaverde.pt/web/transparencia/procedimentos-concursais>. 2. Reserva de recrutamento: Consultada a Comunidade Intermunicipal do Cávado, detentora das competências da entidade gestora da requalificação nas autarquias (EGRA), nos termos do disposto no artigo 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, conjugado com o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o Município de Vila Verde foi informado, através de correio eletrónico, de 08.03.2022: "Em resposta ao solicitado no e-mail infra, cumpre-nos informar V. Exa. que a Entidade Gestora da Requalificação ainda não se encontra constituída por esta Comunidade Intermunicipal pelo que não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado". 3. Prazo de validade: o procedimento é válido para o posto de trabalho vago existente à data da sua abertura, caducando com o preenchimento do mesmo. 4. Legislação aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual. 5. Local de trabalho: o local de trabalho situa-se na área do Município de Vila Verde. 6. Carreira/categoria: Técnico/a Superior 7. Número de postos de trabalho: 1 8. Posto de trabalho: para o exercício de funções no Serviço de Apoio Técnico e Higiene e Segurança no Trabalho, da Divisão de Ambiente e Obras. 9. Caracterização do posto de trabalho a ocupar de acordo com o perfil de competências: proceder à elaboração de estudos e projetos na área de edifícios e projetos na área de edifícios, arranjos urbanísticos e vias de comunicação; acompanhar e fiscalizar a execução de empreitadas, assegurando o cumprimento das normas legais e regulamentares; elaborar informações e documentação de suporte ao lançamento de procedimentos para contratação pública e candidaturas a programas nacionais comunitários; emitir pareceres/informações sobre processos enviados à divisão pelo executivo e/ou outras unidades orgânicas; informar

matérias da responsabilidade da divisão sempre que solicitado; elaborar mapas de medição, de previsão, de consumos, entre outros; elaborar processos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas; acompanhar/fiscalizar obras de administração interna; e sempre que designado, realizar gestão de contratos de CCP. 10. Posicionamento remuneratório: de acordo com o artigo 153.º da LTFP. 11. Requisitos gerais de admissão: os definidos no artigo 17.º da LTFP, a saber: Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados por lei especial ou convenção internacional; Ter 18 anos completos; Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo; Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório; Não estar inibido/a do exercício de funções públicas ou interdito/a para o exercício das funções a que se candidata; Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória. 12. Requisitos especiais de admissão: Ser titular de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, por período superior a 1 ano; Encontrar-se integrado/a na carreira/categoria Técnica Superior; Ser detentor/a de licenciatura em Engenharia Civil; e Estar inscrito/a na Ordem dos Engenheiros. 13. Apresentação das candidaturas: 13.1. Prazo: 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicitação do presente aviso na BEP. 13.2. Local: Plataforma dos serviços online, do Município da Vila Verde – <https://mynet-sol.cm-vilaverde.pt> 13.3. Formalização: De forma a formalizar a candidatura, o/a candidato/a deverá proceder ao registo prévio na plataforma, sem o qual não é possível candidatar-se. Este tem que ser efetuado até às 16h00 do penúltimo dia útil do termo do prazo para apresentação das candidaturas, uma vez que, após concluir o registo é necessário aguardar pelo e-mail de validação/efetivação do mesmo. Uma vez confirmado o registo o/a candidato/a deverá autenticar-se e procurar o formulário de candidatura que se encontra na barra lateral esquerda em “Concursos e estágios – Candidatura ao procedimento de mobilidade interna” e proceder ao preenchimento de todos os dados do formulário devendo o formulário de candidatura ser acompanhado da seguinte documentação: Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias; Curriculum Vitae detalhado, atualizado, datado e assinado; Fotocópia dos certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho; Declaração comprovativa da titularidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado emitida pela entidade empregadora pública à qual o/a candidato/a pertence, com data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas, onde conste a natureza do vínculo, carreira, categoria e atividade executada e respetivo tempo de serviço; posição remuneratória detida pelo/a candidato/a à data de apresentação da candidatura; e, avaliação do desempenho referente aos últimos três ciclos avaliativos em que o/a candidato/a cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, ou, se for o caso, declaração comprovativa de que o/a candidato/a não foi avaliado nesse período com indicação do respetivo motivo; Quaisquer outros elementos que possam ser relevantes para apreciação do seu mérito ou suscetíveis de constituírem motivo de preferência legal, devendo apresentar documentos comprovativos, sob pena de não serem considerados. 13.4. Os/as candidatos/as são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais, desde que declarem no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, e a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um deles. 13.5. As falsas declarações prestadas pelos/as candidatos/as serão punidas nos termos da lei. 14. Método de seleção obrigatório: Entrevista Profissional de Seleção – visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida, entre a comissão de avaliação e entrevistado/a, relacionados com o perfil de competências previamente definido, de acordo com os seguintes parâmetros de avaliação: orientação para os resultados; orientação para o serviço público, planeamento e organização; análise de informação e sentido crítico; responsabilidade e compromisso com o serviço; comunicação; e conhecimentos especializados e experiência. 14.1. Assiste à Comissão de Avaliação a decisão de aplicação do método facultativo, avaliação curricular. 14.1.1. A avaliação curricular visa analisar a qualificação dos/as candidatos/as, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida, com base na análise do respetivo currículo profissional. 15. A Ordenação Final (OF) dos/as candidatos/as que completem o procedimento, com aprovação em um ou nos dois métodos de seleção, é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores. 15.1. Nas situações em que seja aplicado apenas o método entrevista profissional de seleção, esta tem um peso de 100%. 15.2. Havendo aplicação de dois métodos

de seleção a ordenação resulta da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada um dos métodos de seleção, de acordo com a seguinte fórmula: $OF = EPS*50\% + AC*50\%$. 16. Critérios de desempate: em situações de igualdade de valoração, a prevalência será efetuada pela seguinte ordem: 1.º Candidato/a com maior experiência profissional relacionada com o posto de trabalho; 2.º Candidato/a com maior antiguidade na função pública. 17. Exclusões e notificações: 17.1. A relação de candidatos/as admitidos/as e excluídos/as e os resultados obtidos no(s) método(s) de seleção são disponibilizados na página eletrónica do Município de Vila Verde, em <http://www.cm-vilaverde.pt/web/transparencia/procedimentos-concursais>. 17.2. Será excluído do procedimento o/a candidato/a que: Tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores na entrevista profissional de seleção; Tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular (quando aplicável); Não compareça à entrevista profissional de seleção; Obtenha valoração inferior a 9,5 valores na ordenação final. 17.3. Haverá lugar à audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação do(s) método(s) de seleção e antes de ser proferida a decisão final. 18. Composição da Comissão de Avaliação: Presidente: José Paulo Pinto Pereira, Chefe da Divisão de Ambiente e Obras; 1.º vogal efetivo: Jorge Domingos Teixeira Pinto, Coordenador da Unidade de Contração Pública e Expediente Geral; 2.ª vogal efetiva: Rita da Silva Ramôa, Técnica Superior, na área de direito; 1.º vogal suplente: Aurélio Manuel Costa Oliveira, Técnico Superior na área de engenharia civil; 2.ª vogal suplente: Isabel Cristina Vivas Gomes Alves, Técnica superior, área de recursos humanos. 19. Acesso aos documentos e prestação de esclarecimentos: Todas as atas da comissão de avaliação, com as respetivas deliberações, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas por escrito. Qualquer esclarecimento relativo a este procedimento é prestado, todos os dias úteis, das 08h30 às 16h30, pelo email recursos.humanos@cm-vilaverde.pt ou pelo telefone 253 310 556. 20. Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1/03 e em cumprimento da alínea h), do Artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, o Município de Vila Verde, enquanto entidade empregadora pública, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. Município de Vila Verde, em 09 de março de 2022. A Vereadora da Qualidade, Ordenamento do Território, Urbanismo e Modernização Administrativa, Eng.ª Michele Alves

Observações
